

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MAURO MIRANDA LOUREIRO JÚNIOR
ROGÉRIO PAIM DIAS**

**BR GAAP, US GAAP E IFRS:
ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS
RESULTADOS DA CST NO EXERCÍCIO DE 2003**

VITÓRIA
2005

MAURO MIRANDA LOUREIRO JÚNIOR
ROGÉRIO PAIM DIAS

**BR GAAP, US GAAP E IFRS:
ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS
RESULTADOS DA CST NO EXERCÍCIO DE 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Ciências Contábeis da Universidade
Federal do Espírito Santo, como requisito
parcial para obtenção do Grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Leonardo de Resende
Dutra

Vitória
2005

D541b Dias, Rogério Paim; Loureiro Júnior, Mauro Miranda.
BR GAAP, US GAAP e IFRS : análise das divergências entre os resultados da CST no exercício de 2003 / Rogério Paim Dias, Mauro Miranda Loureiro Júnior. – 2005.
173 f.

Orientador: Leonardo de Resende Dutra.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis.

1. Contabilidade - Normas. 2 .Contabilidade - Normas - (Estados Unidos). 3. Contabilidade - Normas - (Internacionais). 4. Companhia Siderúrgica de Tubarão. I. Dias, Rogério Paim. II. Loureiro Júnior, Mauro Miranda. III. Dutra, Leonardo de Resende. IV. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Ciências Contábeis. V. Título.

CDU: 657

**MAURO MIRANDA LOUREIRO JÚNIOR
ROGÉRIO PAIM DIAS**

**BR GAAP, US GAAP E IFRS:
ANÁLISE DAS DIVERGÊNCIAS ENTRE OS
RESULTADOS DA CST NO EXERCÍCIO DE 2003**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 07 de março de 2005.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Leonardo de Resende Dutra
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador**

**Prof. Geraldo Antônio Moreira de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Prof. Cláudio Simões Salim
Universidade Federal do Espírito Santo**

RESUMO

Como a credibilidade da informação contábil no cenário internacional pode ser afetada pela falta de comparabilidade entre os relatórios, o presente estudo visa analisar as divergências entre os resultados apurados nas demonstrações financeiras publicadas pela Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) referentes ao exercício de 2003, elaboradas segundo os critérios contábeis da Legislação Societária Brasileira - Lei nº 6.404/76 (BR GAAP), dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) e das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). A evidenciação dos principais fatores causadores das distorções e a demonstração da conciliação entre os resultados apurados demonstra, para o caso da CST no exercício de 2003, que as atuais demandas pela padronização e harmonização das práticas contábeis a nível internacional esbarra em barreiras relacionadas às características macroeconômicas inerentes a cada país, relacionadas principalmente à equivalência entre as bases monetárias.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maiores empresas exportadoras brasileiras	11
Tabela 2 – Usuários da contabilidade e informações úteis	16
Tabela 3 – Critérios básicos para aplicação da governança corporativa	20
Tabela 4 – Posição acionária da CST em 31/12/2004	28
Tabela 5 – Índices de rentabilidade da CST – 2003.....	31
Tabela 6 – Conciliação entre o lucro líquido da CST – 2003	35

LISTA DE SIGLAS

ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AICPA – American Institute of Certified Public Accountants
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
BR GAAP – Legislação Societária Brasileira - Lei nº 6.404/76
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
FASB – Financial Accounting Standards Board
FUNSSEST – Fundação de Seguridade Social dos Empregados da Companhia Siderúrgica de Tubarão
IAS – International Accounting Standard
IASB – International Accounting Standards Board
IASC – International Accounting Standards Committee
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFAC – International Federation of Accountants
IFRS – Standard International Financial Reporting (Normas Internacionais de Contabilidade)
ONU – Organização das Nações Unidas
PEPS – Primeiro que entra, primeiro que sai
SEC – Securities and Exchange Commission
UEPS – Último que entra, primeiro que sai
US GAAP – United States Generally Accepted Accounting Principles (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.3 OBJETIVOS	10
1.3.1 Objetivo Geral	10
1.3.2 Objetivos Específicos	10
1.4 JUSTIFICATIVAS	11
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE.....	15
2.2 AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA TOMADA DE DECISÃO	16
2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	18
2.4 MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANALISADOS	20
2.4.1 BR GAAP	20
2.4.2 US GAAP	21
2.4.3 IFRS.....	21
2.5 COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	22
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	27
3.1 ABORDAGEM GERAL.....	27
3.2 COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO.....	27
3.3 COLETA DE DADOS	29
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	30
5 CONCLUSÕES	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	42
ANEXO A: BR GAAP – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CST – 2003	43
ANEXO B: US GAAP – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CST – 2003	62
ANEXO C: IFRS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CST – 2003	118

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O nível de desenvolvimento, eficiência e especialização de determinados setores da economia nos diversos países têm motivado a busca por novos mercados a fim de dar vazão à produção de suas mercadorias e serviços e promover o crescimento econômico desses países e a competitividade das empresas. Essa interação entre os mercados, denominada Globalização, tem se mostrado ser irreversível e fundamental para o equilíbrio da economia e a sobrevivência das empresas. Segundo Franco (1999, p. 23), a globalização da economia e das relações de negócios internacionais determinará o progresso ou o retrocesso das nações, influenciando não somente na economia, mas também na própria cultura dos povos.

Neste cenário, a formação de grandes blocos econômicos entre os países de uma mesma região geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional, torna-se essencial para facilitar o fluxo de produtos e serviços necessários à vida da população e ao desenvolvimento econômico. Assim,

[...] um dos aspectos mais marcantes da evolução da economia internacional nos últimos tempos tem sido a aglutinação de países em blocos ou superblocos. Verifica-se uma tendência acelerada de formação de blocos comerciais regionais e bilaterais, diárias de livre comércio e de uniões aduaneiras (MELLO, *apud* BEUREN; BRANDÃO, 2001, p. 19).

Além disso, visando a otimização de custos e a facilidade de penetração nos mercados, surgem os grandes grupos econômicos, através de fusões e incorporações de empresas, com abrangência de negócios a nível internacional.

Os investidores, dada a sua importância neste novo cenário econômico e a necessidade de avaliação e acompanhamento de seus negócios, cada vez mais requerem a publicação de demonstrações financeiras que traduzam a realidade das empresas segundo seus próprios critérios ou do local de sua origem. Como investidor podemos considerar também as empresas que possuem subsidiárias fora

de sua região, o que obriga estas subsidiárias a publicarem demonstrações de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados pela matriz, visto que esta deve consolidar seus dados considerando a avaliação de seus investimentos. Portanto,

[...] as informações contábeis divulgadas ao mercado interessam tanto a segmentos de negócios de um mesmo grupo econômico que realiza operações estrangeiras, como também a outros usuários interessados nessas informações, que se encontram domiciliadas em distintos países em relação ao país da companhia que as divulgou (LEITE, 2005, p. 6).

Segundo Bonnin (2004), cada país tem as suas próprias práticas contábeis, que no seu contexto não diferem tão substancialmente entre si. No Brasil estas práticas são estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

No âmbito internacional destacam-se os padrões contábeis adotados pelos Estados Unidos da América, que são estabelecidos pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e os adotados pelos países da União Européia, estabelecidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A análise destes fatores tem demonstrado que

[...] a diversidade de padrões contábeis afeta a mensuração das transações e a forma de divulgação das informações das empresas, podendo dificultar o entendimento das demonstrações contábeis pelos usuários localizados em outras culturas (CASTRO NETO, *apud* BEUREN; BRANDÃO, 2001, p. 1).

Partindo deste contexto, pretende-se realizar um estudo de caso sobre as divergências entre os resultados das demonstrações financeiras elaboradas segundo a Legislação Societária Brasileira – Lei nº 6.404/76 (BR GAAP), os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com o contexto explanado e com os dados apresentados, a pesquisa se direciona ao seguinte problema: **Quais são os principais pontos de divergência observados entre os resultados apurados nas demonstrações financeiras da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) referentes ao exercício de 2003, elaboradas conforme o BR GAAP, US GAAP e IFRS?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as divergências observadas entre os resultados apurados nas demonstrações financeiras da CST referentes ao exercício de 2003, elaboradas com base nos critérios contábeis do BR GAAP, US GAAP e IFRS.

1.3.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos propõe-se:

- Destacar os fatos contábeis ocorridos na CST que provocaram divergências entre os resultados obtidos pelos diferentes critérios contábeis de elaboração de demonstrações financeiras no exercício de 2003;
- Conciliar os resultados apurados pelos diferentes modelos de demonstrações financeiras.

1.4 JUSTIFICATIVAS

O presente estudo de caso foi escolhido pelo fato da CST estar inserida de forma expressiva no cenário econômico nacional, como mostrado na Tabela 1, e por se situar no contexto da globalização através de sua atuação como grande exportadora de produtos siderúrgicos para diversos países.

TABELA1
MAIORES EMPRESAS EXPORTADORAS BRASILEIRAS

RANKING	1999	2000	2001	2002	2003
1	Embraer	Embraer	Embraer	Petrobrás	Petrobrás
2	CVRD	CVRD	Petrobrás	Embraer	CVRD
3	Ceval	Petrobrás	CVRD	CVRD	Embraer
4	Fiat	Volkswagen	Volkswagen	Bunge Alimentos	Bunge Alimentos
5	CST	Bunge Alimentos	Bunge Alimentos	Volkswagen	Volkswagen
6	Petrobrás	CST	CST	Cargill	Cargill
7	Ford	Fiat	Cargill	CST	General Motors
8	Volkswagen	Motorola	Motorola	General Motors	CST
9	Aracruz Celulose	Aracruz Celulose	General Motors	Motorola	Aracruz Celulose
10	General Motors	General Motors	Coinbra	Ford	Ford

Fonte: CST, 2004

Além disso, a CST é controlada pelo segundo maior grupo siderúrgico do mundo, o Grupo Arcelor, sediado na Europa, que também detém no Brasil o controle da Acesita S.A., da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e da Vega do Sul S.A., além de diversas outras grandes empresas espalhadas por mais de 60 países, como mostra a Figura 1.



FIGURA 1 – Grupo Arcelor no Mundo
 Fonte: Arcelor, 2004.

A CST é uma empresa de capital aberto e possui quase 4.000 acionistas. Tem como principal mercado a América do Norte, que demanda cerca de 40% de sua produção de placas de aço.

Tais fatores, aliados à sua política de relações com investidores, implica na necessidade de elaboração de demonstrações financeiras que se traduzam em informações úteis ao seu diverso público. Para tanto, a CST opta pela elaboração de demonstrações financeiras segundo os critérios contábeis do US GAAP e IFRS, além daquelas exigidas pela legislação societária brasileira (BR GAAP).

A universalização das demonstrações financeiras é uma questão que vem sendo abordada em vários congressos de profissionais contábeis, visto a necessidade e preocupação por parte dos órgãos reguladores de vários países na padronização das demonstrações financeiras, uma consequência da globalização.

Baseado nesse aspecto,

[...] à ascensão cada vez maior de blocos econômicos e das empresas transnacionais, vem-se consolidando a necessidade de comparabilidade das informações contábeis divulgadas internacionalmente pelos profissionais dessa área. Evidenciam-se, dessa forma, a importância da harmonização de normas e técnicas, bem como o interesse de profissionais comprometidos e dispostos a contribuir para o desenvolvimento da contabilidade e sua utilidade para os usuários (BEUREN; BRANDÃO, 2001 p. 122).

O grande interesse pelo tema norteia os profissionais da área contábil a se especializarem e a procurarem por esse novo nicho de mercado, que requer um profissional cada vez mais qualificado e que tem motivado a adoção de currículos voltados à formação de “contadores globais” pelas instituições de ensino, de acordo

com as recomendações das Organizações das Nações Unidas (ONU). Para Franco (1999, p. 23), a harmonização das normas internacionais de contabilidade e auditoria é uma das condições para a profissão contábil enfrentar os desafios da globalização. Segundo ele, será necessário que a contabilidade seja a linguagem internacional dos negócios e da economia.

Além disso,

[...] as constantes mutações no mercado e a globalização trouxeram um novo desafio: exigem do contabilista um perfil cada vez mais sincronizado com os tempos globais. Com a competitividade e a conseqüente redução de custos pelas organizações, os sistemas contábeis serão mais interativos e automáticos, requerendo do contador uma visão holística da dinâmica empresarial e de seus reflexos patrimoniais (JUNGBECK; WESCHENFELDER, 2001, p. 50).

Devido à sua extrema relevância, a pesquisa visa identificar as principais distorções observadas nos resultados obtidos pela elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2003 segundo as diferentes metodologias adotadas pela CST, alertando os profissionais da área contábil sobre a necessidade e importância de uma contabilidade atrelada cada vez mais à realidade da empresa, visto ser ela uma ferramenta indispensável para a avaliação de investimentos e controle do patrimônio das empresas.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho de pesquisa está dividido em cinco capítulos, além das referências bibliográficas, conforme segue:

O capítulo 1 faz a introdução ao trabalho apresentando o tema, a contextualização, o problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa do estudo e a organização do trabalho.

O embasamento teórico relativo ao assunto pesquisado nesta monografia, Revisão da Literatura, está descrito no capítulo 2. Este capítulo contempla uma abordagem sobre os objetivos da contabilidade e a utilidade da informação contábil na tomada

de decisões, traz um breve histórico sobre os três métodos de elaboração de demonstrações financeiras analisados, conceitua de forma clara e objetiva o sistema de governança corporativa, além de estabelecer um comparativo entre as principais práticas contábeis adotadas pelo BR GAAP, US GAAP e IFRS.

No capítulo 3 está apresentada a Metodologia da Pesquisa, com uma abordagem geral sobre o assunto pesquisado e sobre a CST e sua importância no cenário nacional e internacional.

A análise e interpretação das informações utilizadas como base para a pesquisa encontram-se no capítulo 4, onde são destacadas as principais fontes de divergência observadas entre os resultados do exercício de 2003 da CST apurados pelos diferentes critérios contábeis do BR GAAP, US GAAP e IFRS, além da conciliação entre tais resultados.

A conclusão a respeito deste estudo de caso é apresentada no capítulo 5.

Nas referências estão apresentadas as obras efetivamente utilizadas para a elaboração deste estudo.

Por fim são apresentados os Anexos utilizados para extrair os dados utilizados na pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 OBJETIVO DA CONTABILIDADE

A contabilidade como ciência social tem sua história associada às primeiras manifestações humanas de necessidade de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar a determinados fins propostos.

O desenvolvimento inicial do método contábil está relacionado ao surgimento do Capitalismo, servindo como ferramenta quantitativa de mensuração dos acréscimos ou decréscimos dos investimentos efetuados em determinado negócio.

No entanto,

[...] o método tem aplicação a qualquer tipo de pessoa, física ou jurídica, com finalidades lucrativas ou não, que tenha necessidade de exercer atividades econômicas para alcançar suas finalidades, mesmo que tais atividades econômicas não sejam atividades-fim (IUDÍCIBUS, 1998, P. 21).

Em sua concepção, a contabilidade serve para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas das entidades. A Tabela 2 mostra de forma resumida os principais usuários da informação contábil com a natureza básica das informações mais requisitadas.

TABELA 2
USUÁRIOS DA CONTABILIDADE E INFORMAÇÕES ÚTEIS

Usuário da informação contábil	Meta que desejaria maximizar ou tipo de informação mais importante
<ul style="list-style-type: none"> • Acionista minoritário 	fluxo regular de dividendos.
<ul style="list-style-type: none"> • Acionista majoritário ou com grande participação 	fluxo de dividendos, valor de mercado de ação, lucro por ação.
<ul style="list-style-type: none"> • Acionista preferencial 	fluxo de dividendos mínimos ou fixos.
<ul style="list-style-type: none"> • Emprestadores em geral 	geração de fluxos de caixa futuros suficientes para receber de volta por capital mais os juros, com segurança.
<ul style="list-style-type: none"> • Entidades governamentais 	valor adicionado, produtividade, lucro tributável.
<ul style="list-style-type: none"> • Empregados em geral, como assalariados 	fluxo de caixa futuro capaz de assegurar bons aumentos ou manutenção de salários, com segurança; liquidez.
<ul style="list-style-type: none"> • Média e alta administração 	retorno sobre o ativo, retorno sobre o patrimônio líquido; situação de liquidez e endividamento confortáveis.

Fonte: Ludícibus (2000, p. 21)

Pela análise das informações apresentadas pode-se concluir que a contabilidade apresenta como seu principal objetivo o fornecimento de informações úteis aos vários tipos de usuários, de forma que propiciem decisões racionais.

2.2 AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA TOMADA DE DECISÃO

Para que possa atender ao seu objetivo fundamental, a contabilidade utiliza-se de métodos de elaboração de demonstrações financeiras que proporcionem aos seus usuários as informações úteis necessárias às tomadas de decisões.

O objetivo das demonstrações financeiras é dar informações sobre a posição financeira, os resultados e as mudanças na posição financeira de uma entidade. Sua análise de forma isolada, no entanto, não fornece todas as informações que o usuário possa necessitar, uma vez que elas retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem necessariamente informações não-

financeiras. São ferramentas importantes também para refletir o desempenho da administração na gestão dos recursos a ela confiados.

As decisões econômicas tomadas pelos usuários da informação contábil são baseadas na capacidade de geração de recursos pela entidade. Essa informação pode refletir, por exemplo, a capacidade de pagamento aos empregados e fornecedores, pagamento de juros, amortização de empréstimos e distribuições aos acionistas. Para tanto, informações sobre a posição financeira, resultados e mutações na posição financeira da entidade são essenciais.

As informações sobre a posição financeira da empresa podem ser obtidas basicamente através da análise do balanço patrimonial (BP). Nele podem ser evidenciados fatores como recursos econômicos que a entidade controla, sua estrutura financeira, sua liquidez e solvência e adaptação às mudanças no ambiente em que opera, que afetam a posição financeira da entidade.

A demonstração dos resultados do exercício (DRE) fornece informações sobre a rentabilidade da entidade, proporcionando análise sobre as variações no desempenho e previsibilidade da capacidade de geração de recursos futuros a partir dos recursos originais investidos no negócio. Além disso, essa análise pode orientar a viabilidade da aplicação de recursos adicionais.

A avaliação das atividades de investimento, financeiras e operacionais podem ser obtidas a partir de informações sobre as mutações da posição financeira da entidade. Essas informações, que podem ser extraídas da demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR), são úteis para a avaliação da capacidade de geração de recursos e de sua aplicação.

As demonstrações financeiras exercem uma forte inter-relação pois refletem aspectos distintos dos mesmos eventos. Informações obtidas a partir de determinada fonte devem ser complementadas com a análise das demais fontes disponíveis, ou seja, as demonstrações financeiras devem ser analisadas em conjunto. Também é importante que se analise o conteúdo das notas explicativas complementares, pois fornecem informações adicionais e relevantes às necessidades dos usuários.

A elaboração das demonstrações financeiras é uma forma de assegurar aos interessados que a entidade esteja atingindo seus objetivos e propósitos e para que seja garantido o acesso às informações, além da questão tributária. A Legislação Societária Brasileira (Lei nº 6.404/76 art. 176) determina que sejam elaboradas pelas empresas as seguintes demonstrações financeiras:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

Apesar de a legislação determinar quais demonstrações financeiras devem ser publicadas, as entidades têm interesses próprios que as motivam a elaborar outros tipos de demonstrativos de interesse gerencial, social e/ou societário, dentre as quais destacam-se a Demonstração do Valor adicionado (DVA), o Balanço Social, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para um bom gerenciamento empresarial são indispensáveis a transparência, informação, integração de interesses diversos e prestação de contas. O estabelecimento desses critérios de administração contribuem para que os negócios sejam bem-sucedidos através da sustentação da perenidade e preservação dos objetivos das corporações. Esta metodologia define a governança corporativa, cada vez mais difundida entre os administradores em função da nova realidade do mercado mundial. A Figura 2 ilustra os princípios básicos da governança corporativa.

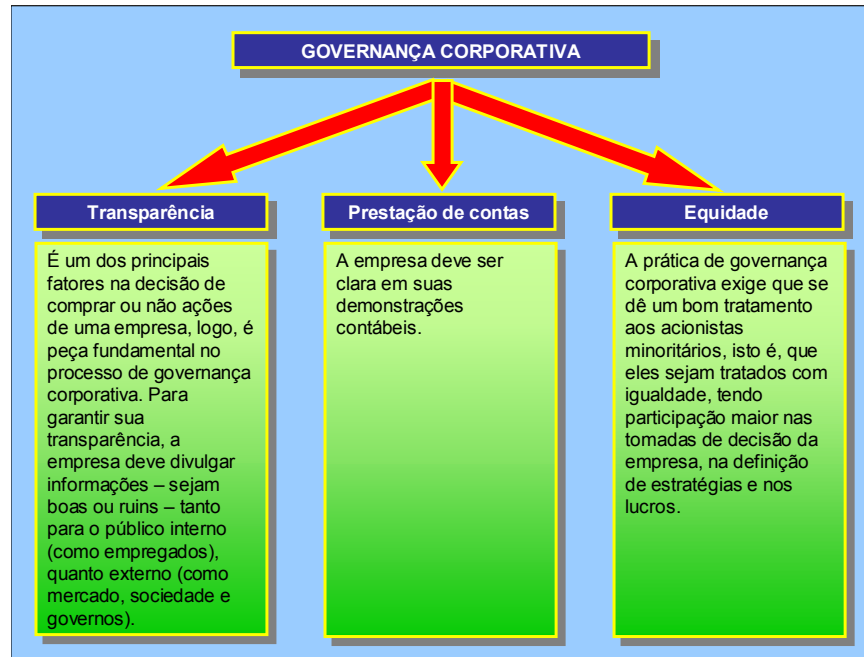


FIGURA 2 – Princípios básicos da governança corporativa
Fonte: Jornal da CST, 2005.

Através de um modelo bem implementado de governança corporativa é possível dirigir e monitorar as empresas através da integração entre os executivos, acionistas, cotistas, conselhos, diretoria, auditoria, empregados e governo.

Segundo Wanick (*apud* Jornal da CST, 2005),

[...] um bom sistema de governança corporativa ajuda a fortalecer as empresas, reforça competências para enfrentar novos níveis de complexidade, amplia as bases estratégicas de criação de valor, é fator de harmonização de interesses. Além disso, ao contribuir para que os resultados corporativos se tornem menos voláteis, aumenta a confiança dos investidores, fortalece o mercado de capitais e é fator coadjuvante do crescimento econômico.

No Brasil a prática da governança corporativa conta com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para contribuição à melhoria de sua aplicação e difusão entre as empresas.

Os critérios básicos para a aplicação do sistema de governança corporativa em uma empresa são mostrados na Tabela 3.

TABELA 3
CRITÉRIOS BÁSICOS PARA APLICAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Critério	Conceito
<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento estratégico 	Diz respeito às relações entre acionistas e suas representações na empresa (conselho de administração e diretoria) para a elaboração de estratégias, atribuições e regras de atuação.
<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento com o mercado 	Interação da empresa com investidores, governo e sociedade. São feitas por meio dos relatórios anual (dados econômicos), social e ambiental, demonstrações contábeis, entre outros.
<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento com a gestão 	Visa às relações internas incorporadas aos processos de gestão, ou seja, a elementos ligados a um processo de desenvolvimento organizacional. Destacam-se os relacionamentos com os empregados, as políticas e normas, programas de desenvolvimentos e avaliação de desempenho, gestão do clima organizacional, comunicação interna, entre outros.

Fonte: Jornal da CST (2005)

2.4 MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANALISADOS

2.4.1 BR GAAP

A elaboração das demonstrações financeiras no Brasil é regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. Os resultados apurados na elaboração das demonstrações financeiras são função também dos critérios definidos pela Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, e pelo regulamento do imposto de renda, Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

A denominação BR GAAP é empregada pela CST, não tendo caráter formal, e é também adotada neste trabalho de pesquisa a fim de manter a correspondência com o tratamento dado pela empresa objeto do estudo.

2.4.2 US GAAP

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB) é a organização designada para estabelecer os padrões de contabilidade financeira e de elaboração das demonstrações financeiras para as empresas do setor privado dos Estados Unidos, cujos procedimentos são denominados de US GAAP (*United States Generally Accepted Accounting Principles*).

O FASB é parte de uma estrutura independente de qualquer tipo de negócio ou organização profissional. Antes da atual estrutura ser criada, em 1973, as normas financeiras de contabilidade e sua publicação eram estabelecidas por um comitê de procedimentos contábeis do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA).

A edição de normas pelo FASB para a elaboração das demonstrações financeiras é autorizada e reconhecida oficialmente pelo *Securities and Exchange Commission* (SEC), organismo do governo americano responsável pela proteção dos investidores e manutenção da integridade do mercado. Estas normas são consideradas pelo SEC como essenciais para o eficiente funcionamento da economia porque os investidores, credores, auditores e outras partes interessadas necessitam que as informações financeiras possuam credibilidade, transparência e comparabilidade.

2.4.3 IFRS

As Normas Internacionais de Contabilidade são elaboradas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), entidade sem fins lucrativos sediada em Londres, responsável pela padronização das normas contábeis cujos procedimentos são denominados de IFRS (*Standard International Financial Reporting*). O IASB foi criado em 1º de abril de 2001 para promover ajustes nas normas contábeis internacionais elaboradas pelo seu precedente, o *International Accounting Standards Committee* (IASC), denominadas de IAS (*International Accounting Standard*).

O IASC foi fundado em 29 de junho de 1973 como resultado do consenso entre um grupo internacional de profissionais de contabilidade formado por representantes da Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. O grupo de profissionais foi organizado pelo *International Federation of Accountants* (IFAC) em 1977. Em 1981 o IASC e o IFAC acordaram que o IASC assumiria completa autonomia sobre a elaboração e publicação das normas internacionais de contabilidade.

2.5 COMPARATIVO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os modelos de demonstrações financeiras estudados apresentam pontos de divergência que podem impactar na apuração do resultado das entidades. As principais diferenças observadas são explicitadas no Quadro 1.

Práticas Contábeis Internacionais (IFRS)	Práticas Contábeis Americanas (US GAAP)	Práticas Contábeis Brasileiras (BR GAAP)
1) Valorização de estoques		
<p>Custo histórico ou o valor realizável líquido, dos dois o menor, pelo método PEPS ou Média Ponderada.</p> <p>Admite o método UEPS, porém, exige a divulgação em paralelo de um dos métodos citados anteriormente.</p> <p>Não é obrigatória a alocação de todas as despesas gerais indiretas de produção de estoques.</p>	<p>O método UEPS é admitido.</p> <p>Exige a alocação das despesas gerais indiretas de produção aos estoques.</p> <p>Estoques de metais preciosos e outros itens aplicados para compra ou venda no mercado de <i>commodities</i> podem ser registrados pelo valor de mercado, com exceção das despesas com venda.</p>	<p>Adota o custo médio ponderado, porém, admite a aplicação do método PEPS.</p> <p>Não exige a alocação das despesas gerais indiretas de produção.</p>
2) Imposto de Renda		
<p>Os impostos devem ser registrados nas demonstrações financeiras utilizando base de competência, método de diferimento ou método de passivo. Admite a adoção da base de caixa para diferenças temporais que não deverão</p>	<p>Conforme o IFRS, porém, só admitem o método de passivo.</p>	<p>Conforme o US GAAP.</p> <p>Admite a provisão de passivos com pouca chance de realização.</p> <p>É comum o registro de ativo de prejuízos fiscais em empresas sem perspectiva imediata de</p>

Práticas Contábeis Internacionais (IFRS)	Práticas Contábeis Americanas (US GAAP)	Práticas Contábeis Brasileiras (BR GAAP)
<p>reverter num futuro previsível.</p> <p>Saldo de crédito fiscal produzido em função de diferenças temporais só pode ser contabilizado se existir perspectiva razoável de realização.</p>		lucro.
3) Depreciação		
<p>Deve ser alocada numa base sistemática a cada um dos períodos contábeis durante a vida útil dos ativos. Escolhido um determinado método de depreciação este deve ser aplicado consistentemente.</p>	Conforme o IFRS	Conforme o IFRS, porém, adota-se na prática os critérios definidos na legislação tributária.
4) Despesas de pesquisa e desenvolvimento		
<p>Devem ser registrados como despesa, exceto quando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o produto/processo esteja definido claramente e os custos atribuíveis a ele possam ser identificados separadamente; - a viabilidade técnica do produto já tenha sido demonstrada; - exista uma indicação clara de mercado futuro para o produto/processo[...]; etc. <p>Os custos de desenvolvimento diferidos devem ser limitados ao que se espera recuperar em termos razoáveis das receitas futuras relacionadas[...].</p>	Debitados a lucros e perdas quando incorridos.	Admite o diferimento de quase todas as despesas para as quais algum benefício futuro possa ocorrer, porém, adota-se na prática os critérios definidos na legislação tributária.
5) Contratos de longo prazo		
<p>Contratos de longo prazo devem ser registrados pelo método do “percentual de acabamento” ou pelo método do “contrato acabado”.</p> <p>O método do “percentual de acabamento” deve ser utilizado quando o resultado do contrato pode ser previsto com razoável</p>	Conforme o IFRS.	O reconhecimento de receita também pode ser efetuado em proporção às condições de pagamento do contrato.

Práticas Contábeis Internacionais (IFRS)	Práticas Contábeis Americanas (US GAAP)	Práticas Contábeis Brasileiras (BR GAAP)
<p>segurança.</p> <p>A perda relacionada a um contrato deve ser provisionada assim que for identificada, abrangendo as perdas incorridas até a data e as perdas futuras até o fim do contrato.</p>		
6) Imobilizado		
<p>Registro pelo custo histórico. Custos de financiamento atribuíveis diretamente à construção de imobilizado são capitalizados.</p> <p>Admite a reavaliação do imobilizado, porém, exige que seja incluída a categoria inteira dos ativos.</p> <p>Superávits de reavaliação são creditados a uma reserva de reavaliação, a menos que estes revertam numa deficiência previamente debitada na demonstração do resultado[...]</p> <p>O superávit da reavaliação deve ser transferido para lucros acumulados quando da baixa de ativos.</p>	<p>Não admite a reavaliação do imobilizado.</p> <p>Existem salvaguardas para evitar o reconhecimento do lucro (todo ou parte) em situações nas quais o vendedor possa incorrer custos futuros ou assine opção de recompra por preço fixo, quando da venda ou baixa de bens móveis.</p>	<p>Conforme o IFRS.</p> <p>O passivo fiscal diferido, resultado de reavaliação, deve ser registrado a menos que seja coberto por prejuízos fiscais existentes. Em IFRS, o efeito do imposto diferido somente precisa ser divulgado.</p>
7) Incentivos Governamentais		
<p>Os incentivos fiscais relacionados com ativos podem ser apresentados no balanço como receita diferida ou deduzidos do valor registrado do ativo.</p> <p>Caso este incentivo figure como compensação para despesas ou perdas já incorridas [...], deve-se creditar o valor à demonstração de resultado.</p> <p>[...] O repagamento de um incentivo relacionado com um ativo deve ser registrado aumentando-se o valor existente do ativo ou reduzindo-se o saldo da receita diferida. A depreciação cumulativa adicional, que teria sido debitada se o incentivo não</p>	<p>Conforme o IFRS.</p>	<p>Os incentivos governamentais devem ser registrados quando recebidos e não são associados com a vida do projeto ou ativo.</p> <p>O incentivo mais comum, o incentivo fiscal do imposto de renda, não transita por lucros e perdas.</p>

Práticas Contábeis Internacionais (IFRS)	Práticas Contábeis Americanas (US GAAP)	Práticas Contábeis Brasileiras (BR GAAP)
existisse, deve ser debitada a lucros e perdas imediatamente.		
8) Arrendamento – <i>Leasing</i>		
<p>- Arrendatário:</p> <p>Deve ser refletido no balanço do arrendatário pelo registro de um ativo e um passivo em valores iguais no início do <i>lease</i>, no valor de mercado do ativo arrendado ou, se menor, no valor presente das prestações.</p> <p>As prestações do bem arrendado devem ser alocadas entre a despesa financeira e a redução do passivo em aberto [...]</p> <p>O débito nos resultados num <i>leasing</i> operacional deve ser despesa de aluguel para o período contábil.</p> <p>Existe distinção entre <i>leasing</i> financeiro e <i>leasing</i> operacional, sendo a prática contábil a ser adotada diferente em cada caso.</p> <p>- Arrendador:</p> <p><i>Leasing</i> financeiro - registrado em Contas a receber [...];</p> <p><i>Leasing</i> operacional - contabilizado como ativo imobilizado depreciável [...].</p>	<p>Conforme o IFRS.</p>	<p>- Arrendatário:</p> <p>Todos os <i>leases</i> são considerados operacionais. A receita de venda numa transação de <i>leaseback</i> é registrada pelo valor nominal, não importando as circunstâncias.</p> <p>- Arrendador:</p> <p>Todos os <i>leases</i> são considerados operacionais. O modelo de contabilização está definido na Portaria n. 140 do Ministério da Fazenda*.</p> <p>*Instituída em 27 de julho de 1984 estabelecendo normas às contraprestações de arrendamento mercantil no tocante à computação no lucro líquido do período-base em que foram exigíveis.</p>
9) Consolidação e Investimentos em Subsidiárias e Afiliadas		
<p>Uma controladora, que não é em si uma subsidiária, deve preparar demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Todas as subsidiárias devem ser consolidadas, exceto quando:</p> <p>a) o controle seja temporário (subsidiária adquirida e controlada exclusivamente para venda subsequente no futuro próximo); ou</p> <p>b) a subsidiária opere sobre</p>	<p>Conforme o IFRS, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - subsidiárias são definidas como o controle majoritário de direito de voto; e - uma influência significativa é presumida quando uma empresa é dona de 20% a 50% das ações com direito a voto. 	<p>Conforme o IFRS, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a consolidação é mandatória somente se mais de 30% do patrimônio líquido da controladora foram representados pelos investimentos em subsidiárias; e - a equivalência patrimonial é utilizada para todas as afiliadas e subsidiárias não consolidadas. Uma afiliada é definida normalmente

Práticas Contábeis Internacionais (IFRS)	Práticas Contábeis Americanas (US GAAP)	Práticas Contábeis Brasileiras (BR GAAP)
<p>restrições severas a longo prazo, as quais afetem significativamente sua capacidade de transferir recursos à controladora.</p> <p>Subsidiárias excluídas devem ser registradas como investimentos a longo prazo.</p> <p>Nas demonstrações financeiras separadas da controladora, as subsidiárias são registradas como investimentos a longo prazo ou como afiliadas pelo método de equivalência patrimonial.</p> <p>Investimentos em afiliadas em demonstrações financeiras consolidadas devem ser valorizados pelo método de equivalência patrimonial, a menos que as circunstâncias (a) e (b) acima sejam aplicáveis à subsidiária, ou se o investidor deixar de ter influência significativa, embora continue com o investimento. Nestes casos, registra-se a afiliada como investimento de longo prazo.</p> <p>Uma subsidiária é definida como um empreendimento ou empresa controlada pela controladora. Uma afiliada é definida como uma empresa sobre a qual a controladora tem influência significativa.</p>		<p>quando 20% a 50% do capital social é controlado (com ou sem direito a voto). Esta definição também pode ser aplicada para participações entre 10% e 20% do capital da afiliada.</p>
10) Empreendimentos em fase pré-operacional		
<p>Despesas incorridas por um empreendimento em fase pré-operacional devem ser registradas imediatamente no resultado, a menos que sejam despesas de natureza que possa ser capitalizada como ativos fixos.</p>	<p>Conforme o IFRS.</p>	<p>Todos os custos de um empreendimento em fase pré-operacional, além daqueles capitalizados normalmente como ativos fixos, são capitalizados como ativos diferidos, a serem amortizados a partir da data de início das atividades. Não existe um período de amortização predeterminado.</p>

QUADRO 1 – ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Fonte: CRC-SP (apud GRAZZIOTTI, 2004, p. 15).

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 ABORDAGEM GERAL

O desenvolvimento deste trabalho de pesquisa utilizou-se de literatura específica voltada ao tema, bem como artigos, instruções normativas e legislação aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

O trabalho de pesquisa tem foco delimitado aos resultados da CST e por isso trata-se de um estudo de caso, abordando um contexto específico a partir das demonstrações financeiras elaboradas e publicadas pela empresa referentes ao exercício de 2003.

3.2 COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO

A CST está localizada no município de Serra, no Espírito Santo, a cerca de 20 quilômetros da Capital, Vitória. Encontra-se instalada numa área de 13,5 milhões de metros quadrados à beira do oceano, onde opera o Terminal de Produtos Siderúrgicos do Porto de Praia Mole.

A Empresa foi constituída em 1976 através de uma parceria entre o Governo Federal e grupos empresariais do Japão e da Itália, tendo entrado efetivamente em operação em 1983, com capacidade de produção de 3 milhões de toneladas de aço por ano.

A CST teve controle estatal até o ano de 1992, quando participou do programa de desestatização promovido pelo Governo Federal e foi privatizada, passando ao controle de grupos da iniciativa privada nacional e estrangeira.

Nos 10 primeiros anos após a privatização a CST recebeu investimentos da ordem de 2 bilhões de dólares, utilizados na atualização tecnológica do parque industrial e

no aumento da capacidade de produção para 4,5 milhões de toneladas de aço por ano.

Em 2002 a CST passou a fazer parte do segundo maior grupo produtor de aço do mundo, o Grupo Arcelor, sediado em Luxemburgo. Sua capacidade instalada atingiu 5 milhões de toneladas de aço por ano e a inauguração de uma unidade de laminação a quente diversificou sua produção, o que fez com que a CST passasse também a atender ao mercado interno.

Com participação da ordem de 20% no mercado internacional de semi-acabados de aço, a CST possui mais de 60 clientes em carteira, distribuídos em todos os continentes. Seu mercado, entretanto, concentra-se sobretudo na Ásia e América do Norte.

A CST é uma Sociedade Anônima de capital aberto e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Seu capital está dividido em 19.666.329.000 de ações com direito a voto (ações ordinárias) e 31.310.111.030 de ações sem direito a voto (ações preferenciais), conforme divulgado em seu *site* (CST, 2004).

Em dezembro de 2004 a CST apresentava um quadro com cerca de 4.000 acionistas, sendo que as ações com direito a voto estavam concentradas nas mãos de 2 acionistas principais: Grupo Arcelor (Luxemburgo) e Grupo JFE (Japão). A Tabela 4 mostra o detalhamento da posição acionária da CST.

TABELA 4
POSIÇÃO ACIONÁRIA DA CST EM 31/12/2004

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
Acionistas Japoneses	20,51	0	7,91
California Steel	4	0	1,54
Ciest / Funssest	0	1,07	0,7
Grupo Arcelor	70,19	58,98	63,3
Outros	5,3	39,95	26,58

Fonte: CST, 2004

A CST é controladora, com 100% do capital, das empresas CST Corporation BV, com sede em Rotterdam – Holanda, Skaden Consultoria e Serviços Lda., sediada

em Madeira – Portugal e CST Overseas Ltd., com sede em Cayman Island. Possui ainda participação na empresa Vega do Sul, com sede em Santa Catarina, da qual detém 25% do capital.

3.3 COLETA DE DADOS

Para a análise das divergências entre os resultados apurados pelos diferentes modelos de demonstrações financeiras do exercício de 2003 foram utilizados os Balanços Patrimoniais e Demonstrações dos Resultados do Exercício publicados pela CST.

Além da consulta aos diferentes padrões de demonstrações financeiras – BR GAAP, US GAAP e IFRS – foram feitas consultas informais a profissionais da área contábil, empregados da CST ligados ao seu Departamento de Controladoria, quando se verificou a viabilidade da realização do presente estudo.

Os dados coletados nas demonstrações financeiras foram organizados em planilhas eletrônicas a fim de condensar as informações e facilitar a análise e tratamento das mesmas, além de possibilitar a criação de tabelas e gráficos.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Baseados na pesquisa desenvolvida e no estudo das demonstrações financeiras do exercício de 2003 divulgadas pela CST, foram analisados os resultados apresentados pelos diferentes métodos de elaboração utilizados pela empresa (BR GAAP, US GAAP e IFRS) e os fatores que apresentaram maior impacto sobre as divergências observadas. Antes porém, torna-se necessária uma breve explanação sobre algumas práticas adotadas pela CST.

Apesar de operar no Brasil com a moeda local, o real (R\$), a CST utiliza o dólar dos Estados Unidos (US\$) como moeda funcional porque considera que seja a moeda que melhor reflete o cenário econômico dos eventos e das circunstâncias subjacentes de suas operações. Além disso, parte de suas vendas destina-se à exportação com preço de venda cotado na moeda funcional. Também há grande incidência de financiamentos em dólar e parcela considerável de seus custos são expressos também nesta moeda.

As conversões de moeda para o dólar, a partir dos montantes em real, foram feitas pela CST da seguinte forma:

- estoques, imobilizado, depreciação acumulada, e patrimônio líquido remensurados às taxas cambiais históricas;
- demais ativos e passivos à taxa do dólar no final do exercício;
- resultado à taxa cambial média prevalecente no mês de débito ou crédito, com exceção das contas relacionadas aos ativos remensurados às taxas cambiais históricas.

Na análise dos resultados, podemos notar no Gráfico 1 uma ilustração das divergências observadas entre os resultados apurados pelos diferentes modelos de demonstração financeira divulgados pela CST. Os resultados apresentados pelo BR GAAP (lucro líquido de R\$ 910.248 mil) e IFRS (lucro líquido de R\$ 887.401 mil) são bastante semelhantes, porém, divergem bastante daquele observado pelo US GAAP (lucro líquido de R\$ 515.847 mil). A semelhança entre resultados neste ponto do estudo não indica, necessariamente, que as práticas contábeis adotadas pelas diferentes metodologias sejam as mesmas, visto que a análise detalhada de cada

fator de influência sobre o resultado é fundamental para se chegar a uma conclusão sobre a equivalência entre os procedimentos.

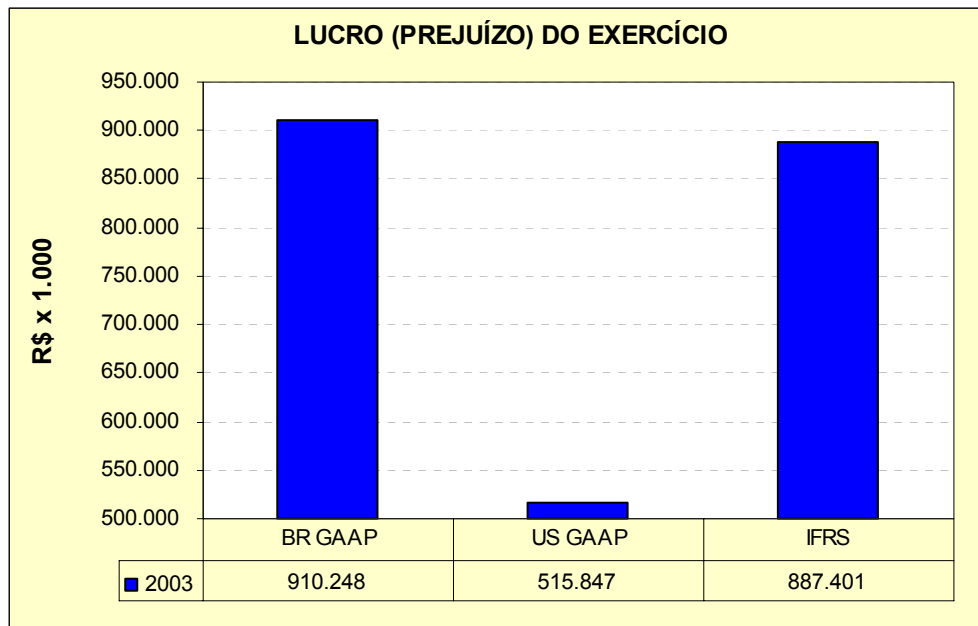


GRÁFICO 1 – Comparativo dos resultados da CST em 2003

As divergências entre os resultados chegam a patamares da ordem de 43% na comparação entre o BR GAAP e o US GAAP. Quando comparado o BR GAAP com o IFRS esta diferença cai para 2,5%.

A Tabela 5 ilustra um modelo de avaliação da empresa através da apuração de indicadores de rentabilidade. Os índices são divergentes e indicam graus de êxito econômico diferentes, principalmente se comparados o BR GAAP e o IFRS com o US GAAP em função, como mencionado, do menor lucro líquido apurado. Neste último nota-se que o desempenho da empresa é muito inferior ao dos demais.

TABELA 5
ÍNDICES DE RENTABILIDADE DA CST – 2003

ÍNDICE	FÓRMULA	MELHOR	BR GAAP	US GAAP	IFRS
Giro do Ativo (%)	$(\text{Vendas} / \text{Ativo}) \times 100$	↑	38,9	37,4	37,8
Rentabilidade do Ativo (%)	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo}) \times 100$	↑	9,5	4,9	8,7
Rentabilidade das Vendas (%)	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Vendas}) \times 100$	↑	24,4	13,2	22,9
Rentabilidade do PL (%)	$(\text{Lucro Líquido} / \text{PL}) \times 100$	↑	16,1	7,0	14,6

A análise das demonstrações financeiras da CST referentes ao exercício de 2003 permite observar que os principais fatores causadores de distorções entre os resultados estão relacionados à depreciação, aos investimentos, aos ganhos ou perdas relacionados aos saldos monetários em reais, aos incentivos fiscais, aos impostos diferidos, à variação cambial sobre saldo em dólar e, finalmente, ao plano de pensão da CST. Estes casos serão tratados isoladamente na seqüência deste trabalho, fazendo-se a correlação de cada um deles com as práticas contábeis adotadas pelos modelos de demonstrações financeiras estudados.

A primeira fonte de distorção entre as demonstrações financeiras a ser considerada é a depreciação. Sua aplicação sobre o imobilizado da CST segundo a metodologia adotada pelos BR GAAP gera um efeito positivo de R\$ 202.048 mil sobre os resultados em comparação com a prática adotada pelo IFRS e pelo US GAAP. Apesar das normas preverem os mesmos critérios para tratamento desse tema, no Brasil adotam-se na prática as determinações da legislação fiscal (Decreto nº 3.000/99) que define os percentuais a serem depreciados ao longo dos anos em função de uma vida útil estimada e definida para os diversos itens do imobilizado. A diferença observada, no entanto, ocorre em função das bases de cálculo utilizadas para o BR GAAP serem diferentes daquelas adotadas para o IFRS e US GAAP. Como o imobilizado é registrado pelo valor histórico, em real pelo BR GAAP e em dólar pelo IFRS e US GAAP, a correspondência entre esses valores se perde à medida em que ocorrem as variações cambiais. Além disso, a não capitalização pelo BR GAAP das variações cambiais dos financiamentos relacionados à aquisição do imobilizado contribui para a distorção entre os valores registrados por ele e pelo IFRS e US GAAP ao longo do tempo.

Outro ponto a ser destacado na análise das divergências entre as demonstrações é o efeito dos investimentos. Conforme mencionado anteriormente, a CST adquiriu em 2001 uma participação de 25% no capital com direito a voto da Vega do Sul S.A., localizada no Estado de Santa Catarina. A empresa é uma relaminadora de aços a frio, cuja matéria-prima será fornecida pela CST, para aplicação principalmente na indústria automotiva e de eletrodomésticos. Esses investimentos da CST na Vega do Sul S.A. são responsáveis por uma distorção positiva de R\$ 14.109 mil sobre os resultados em BR GAAP da CST, em comparação com o IFRS e o US GAAP. Esse efeito sobre os resultados se dá em função de três fatores principais a serem

analisados. O primeiro deles se refere ao registro do investimento pelo valor histórico em ambos os modelos de demonstrações, que são expressos em moedas diferentes (real no BR GAAP e dólar no IFRS e US GAAP) e sujeitas a variações cambiais que culminam com a perda da equivalência entre eles ao longo do tempo. O segundo fator que influencia na distorção entre os resultados das demonstrações financeiras também está relacionado a este investimento e se refere ao diferimento das despesas pré-operacionais, cujos procedimentos são admitidos pelo BR GAAP. Pelo IFRS e US GAAP estas despesas devem ser imediatamente reconhecidas no resultado do exercício a que se referem, o que provoca uma forte redução em seus resultados. O terceiro ponto a ser destacado também se refere ao diferimento de ativos. Os gastos pré-operacionais relativos ao investimento em Vega do Sul têm uma previsão de amortização pela CST de dez anos. Durante este período tal amortização dos valores registrados em BR GAAP irão provocar um efeito negativo sobre os resultados, quando comparados ao IFRS e US GAAP que, como mencionado, não admite o diferimento dessas despesas, salvo em casos específicos. O impacto das despesas pré-operacionais sobre os resultados em IFRS e US GAAP se dão numa única vez quando do reconhecimento das mesmas no exercício em que ocorrem.

A CST, como mencionado anteriormente, adota o dólar como moeda funcional, no entanto, o real é a moeda adotada para o registro oficial e apresentação de suas demonstrações financeiras pelo BR GAAP. Este aspecto representa a terceira fonte de inconsistência entre os resultados de suas demonstrações financeiras. Tal efeito provoca uma diferença positiva de R\$ 45.487 mil entre os resultados na comparação do BR GAAP com o IFRS e o US GAAP em função de ganhos na conversão da moeda devido a variações cambiais ativas sobre os saldos monetários em reais, visto que em ambos os modelos de demonstração os saldos monetários devem ser remensurados às taxas correntes do fim do exercício. Vale ressaltar que estes ganhos são apurados quando da conversão dos valores para o dólar visando a elaboração das demonstrações financeiras em IFRS e US GAAP.

Os incentivos fiscais representam a quarta fonte de distorção observada entre os resultados das demonstrações financeiras da CST. Tais incentivos se referem ao direito de redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas apurado sobre o lucro de empresas localizadas na área de abrangência da Agência de

Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). A CST obteve o direito ao benefício por estar localizada nesta área e por ser uma empresa cuja atividade exerce forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Pelos critérios do BR GAAP esses fatos devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, o que no caso da CST foi feito através da constituição de reservas de capital, o que não impacta nos resultados apurados segundo esta metodologia. Já pelos critérios do IFRS e do US GAAP tais benefícios devem ser reconhecidos diretamente na apuração dos resultados referentes ao exercício em que ocorrem, o que produziu um efeito positivo de R\$ 97.564 mil sobre os resultados do exercício de 2003 em comparação com o BR GAAP.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos representam a quinta fonte de divergência observada entre os resultados das demonstrações financeiras da CST e referem-se a benefícios decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias (diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e o saldo registrado no balanço patrimonial). A CST, de acordo com os critérios estabelecidos pelo BR GAAP, faz a amortização destes impostos em função da análise dos resultados futuros projetados com base na produção, venda e atuais cenários macroeconômicos e tributários, dos saldos acumulados destes impostos e do histórico de lucratividade dos exercícios anteriores. A análise deste fator revela um cenário muito interessante, visto que impacta de forma diferente os três modelos de demonstrações financeiras. Tomando como referência o BR GAAP, os impostos diferidos geram uma diferença negativa de R\$ 381.250 mil em relação ao IFRS e uma diferença positiva de R\$ 14.410 mil em relação ao US GAAP. A diferença em relação ao IFRS se explica pelo fato desta metodologia exigir o reconhecimento total das diferenças entre os seus saldos e aqueles apurados pelo BR GAAP, que neste caso se traduziram em ganhos. Os critérios adotados pelo US GAAP são semelhantes aos do IFRS, porém, existe uma exceção com relação às diferenças geradas pela remensuração de determinados ativos e passivos em função de taxas de câmbio, o que impactou na forma de perda os resultados.

O penúltimo fator que provoca a heterogeneidade entre os resultados das demonstrações financeiras da CST no exercício de 2003 a ser considerado neste estudo está relacionado às variações cambiais sobre os saldos em dólar. Conforme relatado anteriormente, a moeda de apresentação adotada segundo os critérios do

BR GAAP é o real. Quando da conversão dos valores referentes aos saldos em dólar para o real a CST apurou um ganho de R\$ 237.612 mil, o que impacta fortemente os resultados apurados pela empresa segundo o BR GAAP. Para a elaboração das demonstrações financeiras conforme os critérios do IFRS e do US GAAP estes valores devem ser expurgados já que a moeda de apresentação adotada é o próprio dólar, ou seja, não há ganho de conversão a ser reconhecido.

Por último, há que se considerar os efeitos proporcionados pelo plano de pensão da CST através da Fundação de Seguridade Social dos Empregados da Companhia Siderúrgica de Tubarão (FUNSSEST). O tratamento dado a esta questão pelo BR GAAP e IFRS é igual e não contribui para a geração de divergências entre seus resultados. Porém, na comparação do BR GAAP com o US GAAP nota-se uma perda de R\$ 23.890 mil no resultado devido ao US GAAP determinar a contabilização das perdas (ou ganhos) atuariais dos planos de pensão de forma diferida, com reconhecimento ao longo do tempo. Pelos critérios do BR GAAP e do IFRS é facultado o reconhecimento imediato dessas perdas (ou ganhos) diretamente nos resultados do exercício, o que foi feito pela CST.

A conciliação entre o resultado da CST apurado pelo BR GAAP e os resultados apurados pela US GAAP e IFRS é mostrada na Tabela 6. Nesta tabela-resumo foram depurados os efeitos responsáveis pelas distorções observadas entre os resultados, conforme destacado anteriormente.

TABELA 6
CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DA CST – 2003

R\$ x 1.000	US GAAP	IFRS
Lucro (prejuízo) líquido conforme BR GAAP	910.248	910.248
Depreciação	(202.048)	(202.048)
Investimentos	(14.109)	(14.109)
Ganho (perda) nos saldos monetários em reais	(45.487)	(45.487)
Incentivo fiscal	97.564	97.564
Impostos diferidos	(14.410)	381.250
Variação cambial sobre saldo em dólar	(237.612)	(237.612)
Plano de pensão	23.890	-
Outros	(2.189)	(2.405)
Lucro (prejuízo) líquido conforme US GAAP e IFRS	515.847	887.401

Os Gráficos 2 e 3 mostram a evolução dos resultados da CST na conciliação BR GAAP x IFRS e BR GAAP x US GAAP, em função dos aumentos ou reduções provocados pelos fatores analisados.

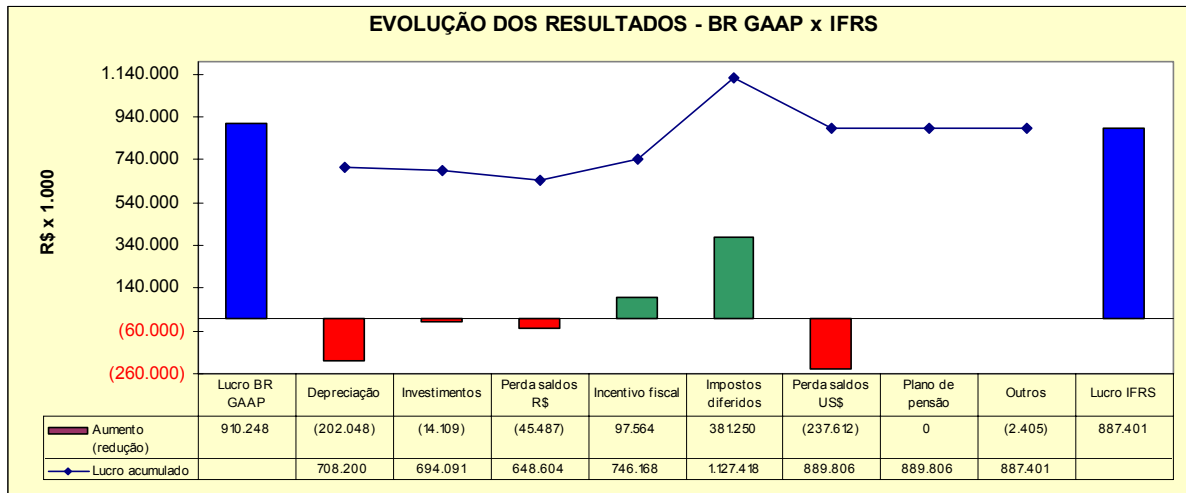


GRÁFICO 2 – Evolução dos resultados na conciliação entre BR GAAP e IFRS

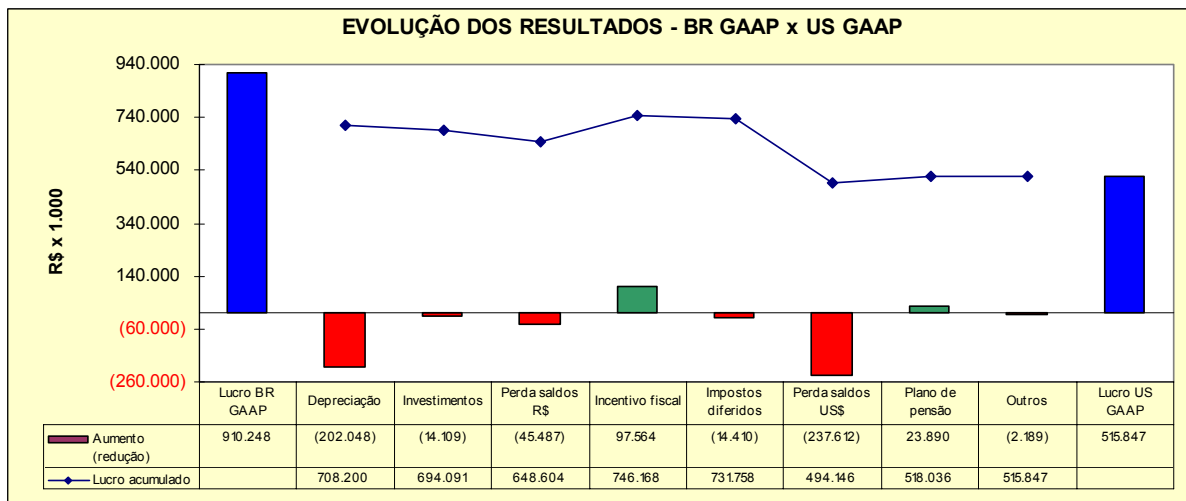


GRÁFICO 3 – Evolução dos resultados na conciliação entre BR GAAP e US GAAP

5 CONCLUSÕES

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as divergências observadas entre os resultados apurados nas demonstrações financeiras da CST elaboradas com base nos critérios da Legislação Societária Brasileira (BR GAAP), Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP) e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), através da análise dos fatos contábeis causadores dessas divergências e da conciliação dos mesmos.

O método de pesquisa adotado foi um estudo de caso empírico e um levantamento bibliográfico, no qual buscou-se fundamentar os temas abordados e suas relações com as práticas contábeis e os critérios de elaboração de demonstrações financeiras segundo o BR GAAP, US GAAP e IFRS.

No decorrer do trabalho conclui-se que as distorções observadas entre os resultados das demonstrações financeiras da CST referentes ao exercício de 2003 estão relacionadas às diferenças entre as práticas contábeis adotadas pelo BR GAAP, US GAAP e IFRS e aos efeitos da conversão de moeda (de real para dólar ou vice-versa) em função das variações das taxas de câmbio.

As distorções observadas entre os resultados obtidos pelo BR GAAP e IFRS aparentam ser numericamente pequenas por mero acaso. Isto ocorre quando da conciliação entre os acréscimos e reduções nos resultados, que se equivalem, oriundos das diferenças de práticas contábeis entre estas metodologias e das remensurações de valores à bases monetárias equivalentes.

As divergências observadas entre os resultados em BR GAAP e US GAAP ocorrem também em função das diferenças entre as práticas contábeis e conversões de moeda, porém, na conciliação dos resultados não há equivalência entre os acréscimos e reduções, já que alguns critérios contábeis do US GAAP se diferem dos critérios adotados pelo IFRS, o que torna a dispersão entre seus resultados e aqueles obtidos pelo BR GAAP bastante relevante. Os critérios contábeis adotados pelo US GAAP e IFRS, para os fatores analisados, são bastante similares, com exceção ao tratamento dado às questões referentes ao diferimento de impostos e ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão.

No estudo pode-se observar ainda que boa parte das distorções entre os resultados da CST em 2003 está associada à conversão de moeda. Tal fato se deve ao reconhecimento de perdas e ganhos pelo BR GAAP nos resultados do exercício, ao contrário dos critérios adotados pelas demais metodologias que atribuem estas diferenças ao patrimônio líquido.

A partir das conclusões tiradas nas análises e interpretações das informações contábeis da CST foi possível observar também que a grande questão a ser considerada para a evolução dos estudos em relação à harmonização e padronização das normas contábeis a nível internacional é o efeito dos diferentes aspectos econômicos de cada país sobre a mensuração de valores, o que torna impossível a aplicação de alguns critérios contábeis de forma padronizada na economia de muitos países.

O resultado da pesquisa foi limitado ao conteúdo das demonstrações financeiras publicadas pela CST em BR GAAP, US GAAP e IFRS referentes ao exercício de 2003. A dificuldade de acesso aos registros contábeis da empresa não permitiu uma avaliação e detalhamento mais minuciosos dos fatos contábeis relacionados aos itens destacados na análise e interpretação das informações.

REFERÊNCIAS

ARCELOR. **Grupo Arcelor**. Disponível em: <www.arcelor.com>. Acesso em: 15 dez. 2004.

BEUREN, Ilse Maria; BRANDÃO, Juliana Favero. **Demonstrações contábeis no Mercosul**: estrutura, análise e harmonização. São Paulo: Atlas, 2001.

BONNIN, Guilherme. **Por que demonstrações contábeis em moeda forte?** Disponível em: <www.empresario.com.br/artigos/artigos_html/artigo_a_280804.html>. Acesso em: 27 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 mar. 1999. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2004.

BRASIL. Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 dez. 1996. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2004.

CASTRO NETO, José Luís de. Contribuição ao estudo da prática harmonizada da contabilidade da União Européia. In: BEUREN, Ilse Maria; BRANDÃO, Juliana Favero. **Demonstrações contábeis no Mercosul**: estrutura, análise e harmonização. São Paulo: Atlas, 2001.

CRC SP – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo.

Demonstrações financeiras: elaboração e temas diversos. São Paulo: Atlas, 2000.

CST. **Companhia Siderúrgica de Tubarão.** Disponível em: <www.cst.com.br>.

Acesso em: 15 dez. 2004.

FASB. **Financial Accounting Standards Board.** Disponível em: <www.fasb.org>.

Acesso em: 27 dez. 2004.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização:** temas discutidos no XV congresso mundial de contadores, Paris, de 26 a 29-10-1997. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNANÇA CORPORATIVA: as leis que regem uma empresa. **Jornal da CST,** Vitória, ano 15, n. 228, p. 3, 2005.

GRAZZIOTTI, Shanna Simões. **A conversão de demonstrativos contábeis brasileiros para as normas internacionais e norte-americanas:** um estudo de caso da CST. 2004. 154 f. Monografia (Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial) - Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Contabilidade Gerencial, Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

IASB. **International Accounting Standards Board.** Disponível em:

<www.iasb.org>. Acesso em: 27 dez. 2005.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL. **Normas internacionais de contabilidade 2001:** texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. São Paulo, 2002.

IUDÍCIBUS, S. et al. **Contabilidade introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUNGBECK, A.; WESCHENFELDER, L.H. O perfil do contador e a globalização. **Revista Contabilidade e Informação: Conhecimento e Aprendizagem**, Ijuí, v. 1, n. 1, p. 49-51, 2001.

LEITE, J.S.J. Processo de conversão em moeda estrangeira e reporte ao exterior de demonstrações contábeis: um estudo sobre a aplicação dos US GAAP e das IFRS em companhias estrangeiras instaladas na região metropolitana de Campinas. **Revista de Contabilidade – CRC-SP**, São Paulo, ano 8, n. 30, p. 6-9, 2005.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MELLO, Isabel Parente de. A inserção do Mercosul na economia mundial. In: BEUREN, Ilse Maria; BRANDÃO, Juliana Favero. **Demonstrações contábeis no Mercosul**: estrutura, análise e harmonização. São Paulo: Atlas, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Guia para normalização de referências: NBR 6023/2000**. 2. ed. Vitória, 2002. 51 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES**. 6. ed. rev. e ampl. Vitória, 2002. 60 p.

ANEXOS

ANEXO A: BR GAAP – Demonstrações Financeiras da CST – 2003

ANEXO B: US GAAP – Demonstrações Financeiras da CST – 2003

ANEXO C: IFRS – Demonstrações Financeiras da CST – 2003

